

## AASPTJ-SP na luta contra o corte do orçamento do Judiciário, pelo registro do ponto uma vez ao dia e pela redução da jornada do psicólogo

Páginas 2, 5 e 6



**TJ-SP implanta redução da jornada para Serviço Social** – Página 5

**Entidades discutem orçamento com OAB-SP, Apamagis e Ministério Público** – Página 4

**Artigo: Ofensiva sobre o trabalho e organização política: A importância da participação** – Página 6





## EDITORIAL

**R**esistência e dignidade, esse é o saldo precioso que muitos servidores protagonistas dos 127 Dias de Paralisação do TJ-SP trazem hoje em seus corações e mentes. Sabem eles, no entanto, que não cabem ilusões e que a permanência da mobilização continua sendo uma exigência diante daquilo que todos já esperavam: a escandalosa proposta de corte orçamentário imposta pelo Executivo ao Judiciário. A AASPTJ-SP, juntamente com as demais entidades representativas dos trabalhadores da Justiça, está fazendo o seu papel: denunciando, procurando outras entidades da sociedade civil e membros do parlamento paulista para tentar reverter os cortes que atingirão a possibilidade de reajuste salarial dos servidores não magistrados.

Ao mesmo tempo, a Diretoria, EM CONJUNTO COM VÁRIOS ASSOCIADOS, está fortemente engajada na luta pela reversão do ponto digital para uma vez ao dia para as duas categorias que representa, bem como pela imediata implantação do regime de 30 horas para os psicólogos, em isonomia com os assistentes sociais.

Da mesma maneira, a AASPTJ-SP continua atenta e preocupada com as tentativas de implantação da metodologia do Depoimento sem Dano, mesmo frente às resoluções contrárias emitidas pelo CFESS e CFP, agora com aval do CNJ e, nesse sentido, reafirma a necessidade de que antes de dedicar-se a esse tipo de ação, o TJ-SP deveria investir no cumprimento de resolução anterior do CNJ, sobre a necessidade de equipes técnicas com profissionais em número suficiente e devidamente capacitados para a efetiva proteção às crianças e adolescentes.

Os vários desafios que os assistentes sociais, psicólogos e demais trabalhadores do Judiciário vêm enfrentando demonstram cada vez mais a necessidade da conscientização de que só com o esforço e a mobilização do coletivo é que se poderá avançar na concretização de direitos. A relativamente baixa mobilização de nossas duas categorias durante o Movimento de Resistência mostra que estamos diante de um desafio adicional: que é o de superar atitudes derrotistas, individualistas e até descompromissadas ética e politicamente que se desenvolvem no seio de

nossas categorias. Nota-se, por exemplo, uma forte tendência de muitos associados relacionarem-se com sua entidade como se estivesse diante de um “prestador de serviços”; uma relação quase que mercadológica, ou algo que pode ser expresso em uma caricatura de uma relação de puro consumo: “paguei minha mensalidade, portanto tenho direito a um serviço, nem que seja aquele de alguém me representar nas lutas coletivas”. Na realidade, essa é uma tendência que se desenvolve no seio da organização dos trabalhadores, e isso tem a ver com os deletérios processos de despolitização da classe trabalhadora, impostos pelo neoliberalismo, conforme explicita a professora Elaine Behring em lúcido artigo nas páginas deste Divulgação.

Lutemos fortemente contra os processos de alienação que nos cercam e tenhamos a certeza de que, embora o solo histórico que pisamos no presente esteja marcado por escolhas pretéritas de outrem, só haverá um futuro diferente para todos nós se nossas escolhas forem partilhadas e deliberadas em um coletivo que luta pela ampliação do acesso a direitos, aqui e agora.

## Em Pauta

## Corte do orçamento preocupa entidades



Audiência Pública na Alesp - 09/11/2010

A greve de 127 dias dos servidores do Judiciário, em 2010, foi suspensa com o acordo homologado na ação de dissídio coletivo, cujos termos afirmam que o TJ se compromete a cumprir a reposição salarial de seus servidores, de acordo com o orçamento de 2011. Ficou definido que a partir de janeiro, o Tribunal já cumpriria a data-base de 2009/2010

(4,77%). Mas a retroatividade e o índice de 20,16% acumulado ao longo dos anos depende das verbas que virão para o Judiciário em 2011. E era justamente o “de acordo com” que preocupava os servidores.

E essa preocupação agora tornou-se mais do que real. Para a administração do próximo ano o Tribunal elaborou uma peça orçamentária de 12 bilhões. Analisada pelo Executivo, a peça foi entregue à Assembleia Legislativa, no dia 30 de setembro, designando um pouco mais do que 5 bilhões. Um corte de cerca de 54%. Para o pessoal, a verba foi um pouco maior do

que em 2010.

Duas reuniões pós-greve já foram realizadas entre as entidades representativas dos servidores e o presidente da Comissão Salarial do TJ-SP, desembargador Antonio Carlos Malheiros. Em ambas o desembargador afirmou ter conversado com a Comissão de Orçamento do Tribunal, que confirma

que mesmo com o corte será possível cumprir o acordo, ou seja, apenas os 4,77%, sem garantia de que seja retroativo a março de 2010.

O passivo da dívida do TJ com seus servidores cada vez aumenta mais. Em março do próximo ano vence mais uma data-base, mas tudo indica que, mais uma vez, não será cumprida. “Janeiro está praticamente garantido, o que me preocupa é março”, afirmou Malheiros na última reunião, realizada no dia 26 de outubro.

O desembargador ainda não sabe dizer qual será a postura do TJ diante do corte e se o Judiciário irá recorrer contra o governo do Estado no Supremo Tribunal Federal. “Só posso dizer que, eu pessoalmente vou lutar contra corte que ocorreu na área da Infância e Juventude. Se preciso, conversarei com entidades de âmbito nacional para que recorram ao STF”, afirmou Malheiros que também é o coordenador da Infância e Juventude do TJ-SP. O corte para a área da Infância e Juventude foi total, ou seja, de 25 milhões propostos, o Executivo cortou para DEZ REAIS. Ou seja, além dos prejuízos que os servidores em geral estão tendo com a não reposição de perdas salariais, as ações das áreas em que assistentes sociais e psicólogos atuam, em especial as voltadas para a proteção à criança



Assembleia geral de servidores

em 2011, além de impedir que os servidores recebam o justo reajuste de seus salários.

Por último, ocorreu nova audiência pública presidida pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL). Os servidores lotaram dois dos plenários da Alesp. Também participaram os deputados Maria Lucia Prandi (PT), Major Olimpio (PDT) e Jose Bittencourt (PDT). Representando o Tribunal compareceu o desembargador Antonio Carlos Malheiros, presidente da Comissão Salarial.

A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, pronunciou-se afirmando que o corte prejudica os mais frágeis da sociedade, uma vez que são estes os que mais necessitam

de um Judiciário célere e eficiente na defesa de seus direitos violados, já que a elite paga por bons advogados, o que facilita a tramitação de seus processos. Cobrou também a presença de deputados naquele Plenário, uma vez que a Assembleia tem agora a enorme responsabilidade de rever a peça orçamentária encaminhada pelo governador. Reafirmou ainda a importância das entidades representativas dos servidores manterem-se unidas, trabalharem por sua democratização interna, buscando a renovação de seus quadros dirigentes e a necessidade de se repensar a organização sindical dos servidores do Judiciário para o fortalecimento de suas lutas. A fala foi bem recebida pela vibrante plenária.

Malheiros respondeu às diversas dúvidas dos servidores, entidades e deputados, inclusive a indagação de Giannazi sobre o motivo do TJ não ter impetrado um mandado de segurança no STF questionando o criminoso corte do Executivo. O desembargador disse que levaria essa questão à sessão do Órgão Especial: "Se dependesse de mim essa medida já teria sido intentada", alegou.

Malheiros respondeu às diversas dúvidas dos servidores, entidades e deputados, inclusive a indagação de Giannazi sobre o motivo do TJ não ter impetrado um mandado de segurança no STF questionando o criminoso corte do Executivo. O desembargador disse que levaria essa questão à sessão do Órgão Especial: "Se dependesse de mim essa medida já teria sido intentada", alegou.

Malheiros respondeu às diversas dúvidas dos servidores, entidades e deputados, inclusive a indagação de Giannazi sobre o motivo do TJ não ter impetrado um mandado de segurança no STF questionando o criminoso corte do Executivo. O desembargador disse que levaria essa questão à sessão do Órgão Especial: "Se dependesse de mim essa medida já teria sido intentada", alegou.

Malheiros respondeu às diversas dúvidas dos servidores, entidades e deputados, inclusive a indagação de Giannazi sobre o motivo do TJ não ter impetrado um mandado de segurança no STF questionando o criminoso corte do Executivo. O desembargador disse que levaria essa questão à sessão do Órgão Especial: "Se dependesse de mim essa medida já teria sido intentada", alegou.

## Greve e punições

Outro ponto de debate nas negociações foi o Comunicado SGRH Nº 75/2010, que dispõe sobre os critérios para reposição dos dias parados durante a greve. Em reunião realizada no dia 7 de outubro com o presidente da Comissão Salarial, as entidades pontuaram que o comunicado não foi claro quanto à realização de mutirão, além de outros pontos de interpretação confusa. Malheiros ouviu cada uma das críticas e sugeriu que as entidades elaborassem um texto detalhando cada um dos pontos que geraram dúvidas para análise do Tribunal.

No dia 14 de outubro os representantes dos servidores reuniram-se na sede da AASPTJ-SP para elaboração de uma minuta com proposta de nova redação para o comunicado. No entanto, na segunda reunião Malheiros afirmou que há grande possibilidade de que o TJ-SP mantenha a compensação do total de horas da greve e não sob a modalidade de mutirão, como é pleito das entidades. Ele sugeriu que as entidades aguardem o posicionamento final do Tribunal e caso, seja mantida a compensação hora a hora, entrem com uma reclamação no processo de dissídio coletivo, com o desembargador Samuel Alves de Mello Júnior, relator do feito. "A compensação não pode ter cara de punição. Quando o servidor escolheu pelo mutirão no acordo do dissídio, comprometeu-se a repor o trabalho que ficou acumulado durante os 127 dias. Essa era uma forma de dar satisfação à sociedade", disse Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP.

Casos de punição a servidores grevistas também foram relatados durante as duas reuniões. "Não vou admitir maldade de juiz só por não gostar de greve. O acordo do dissídio vai ser cumprido a ferro e fogo", expôs o desembargador Malheiros. Ele solicitou que os relatos sejam encaminhados por escrito, pois serão analisados caso a caso.

Falou ainda que pretende retomar o processo de criação de uma ouvidoria no TJ-SP. De acordo com ele, o órgão teria uma comissão paritária entre desembargadores e representantes dos servidores.



Reunião das entidades com presidente da Comissão Salarial do TJ-SP



## Em Pauta

## Entidades discutem orçamento com OAB-SP, Apamagis e Ministério Público

Preocupadas com os rumos políticos do orçamento do Tribunal de Justiça e o futuro do acordo homologado no dissídio coletivo após uma greve de quatro meses, parte das entidades representativas dos servidores deliberou por procurar outras instituições para estabelecer um diálogo e somar forças na luta pela garantia dos direitos dos servidores.

A primeira reunião ocorreu no dia 28 de setembro na sede da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil), com seu vice-presidente, Marcos da Costa, Talullah Kobayashi, diretora adjunta e os membros da Comissão Especial de Assuntos do Judiciário Fábio Marcos Bernardes Trombetti e Armando Sanchez.

Marcos da Costa enfatizou a importância de a OAB-SP ter criado uma Comissão Especial de Assuntos do Poder Judiciário. “Já propusemos aumentar de 6% para 8% o limite do Judiciário na Lei de Responsabilidade Fiscal, apesar da série histórica não ter chegado nunca a 5% na média”, afirmou. Para ele, é importante cobrar não só o Executivo, mas também o Legislativo. “Fizemos um levantamento de quantos Projetos de Lei de interesse do Judiciário foram encaminhados à Assembleia Legislativa nos últimos dez anos, destes quantos foram aprovados e quanto tempo demorou a tramitação. Não podemos tirar a parcela de culpa do Legislativo, vimos pelo levantamento que quando é preciso, a Alesp sabe se impor”, expôs.

Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP, falou um pouco sobre a atual conjuntura da Justiça estadual. “O que vemos é que a Justiça tem atuado a favor de uma elite minoritária”, disse. Em seguida relembrou o importante papel exercido no passado pela OAB na luta por uma Justiça democrática. “Temos sentido ausência da Ordem nos debates sobre a autonomia do Judiciário e em defesa dos servidores, que fizeram um movimento de 127 dias não apenas pela reposição salarial, mas por tudo o que vem ocorrendo com o Judiciário”.

No dia 29 de outubro, as entidades estiveram na sede da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados) e foram recebidas pelo presidente Paulo Dimas, e o segundo vice-presidente, Fernando Bartoletti.



Reunião na Apamagis

Dimas afirmou que a associação sempre debateu a questão do corte do orçamento junto ao Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa, assim como outras questões de interesse da Justiça paulista. Os representantes dos servidores enfatizaram que a luta conjunta é por um Judiciário melhor, que atenda às demandas dos servidores e as demais necessidades de custeio do Tribunal, com a consequente melhora da prestação de serviços jurídicos à população. Também se enfatizou que o TJ precisa aprimorar a maneira de elaborar e executar seu orçamento a fim de evitar problemas como os que ocorrem atualmente.

Dando continuidade ao diálogo, uma segunda reunião ocorreu na OAB-SP no dia 14 de outubro. O vice-presidente Marcos da Costa fez um minucioso estudo da peça orçamentária do Tribunal de Justiça e o orçamento apresentado pelo Executivo à Assembleia Legislativa. De acordo com Costa, na LDO constam seis diretrizes para o Judiciário. “Estudei cada um destes itens tanto na proposta do TJ-SP quanto na do Executivo e encontrei algumas disparidades”, ex-

plicou. Um dos exemplos citados pelo vice-presidente foi a da verba destinada à manutenção do cadastro de adoção, trabalho com crianças abrigadas e adolescentes em conflito com lei. Segundo o orçamento do Judiciário, seria necessária uma verba de cerca de R\$ 25 milhões. Na peça apresentada pelo governo do Estado constam somente R\$ 10,00. “Dez Reais é apenas uma verba simbólica para não dizer que cortou tudo, o que é proibido pela Lei”. Em contraposição, o orçamento do Executivo, por exemplo, garante verba de R\$ 7,5 milhões para implementação de teleaudiências, uma prática cuja constitucionalidade ainda está sendo questionada na Justiça e que não poderá ser aplicada enquanto sua validade não for julgada. “Quem definiu essa prioridade para o Estado? Por que esta verba está alocada para a Secretária de Administração Penitenciária se a realização de audiências é de responsabilidade do Judiciário?”, questionou Marcos Costa.

Questionado pelos representantes das entidades sobre qual será a posição da OAB-SP diante desta conjuntura, o vice-presidente afirmou que a primeira medida a ser tomada pela Ordem seria a de divulgar estes dados durante o encontro anual dos presidentes de subseções da Ordem, que ocorreu em outubro em Atibaia, solicitando o empenho de seus representantes regionais junto à mídia e deputados locais.

Por fim, no dia 22 de outubro nova reunião ocorreu, desta vez no Ministério Público, com o subprocurador-geral do Estado Sergio Turra Sobrane. O representante do Ministério Público, que acompanhou o processo de dissídio coletivo durante a greve dos servidores do Judiciário, afirmou que também ficou assustado com o tamanho do corte que o orçamento do TJ sofreu. Segundo ele, o Ministério Público também enfrenta o mesmo problema, mas em proporção bem menor. O corte do MP foi de apenas 4%.

“O senhor acompanhou o processo do dissídio e viu toda a dificuldade que enfrentamos. Precisamos garantir que o TJ assuma o compromisso de que toda a verba que venha a mais seja usada para garantir o direito dos servidores”, afirmou Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP.



Reunião no Ministério Público

# TJ-SP implanta redução da jornada para assistentes sociais

Enfim, o Tribunal de Justiça publicou em Diário Oficial o Provimento CSM N.º 1.824/2010, que dispõe sobre a redução da jornada semanal dos Assistentes Sociais para 30 horas.

Nas palavras da presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, "é o coroamento de uma luta travada por anos a fio, por centenas e centenas de assistentes sociais de todo o País, que através de seus Conselhos Regionais e Conselho Federal, bem como outras entidades representativas, mobilizaram-se e souberam trilhar os caminhos políticos para a aprovação da Lei n. 12.317/2010, de 26 de agosto de 2010". Para ela, a normatização da Lei no âmbito do Poder Judiciário paulista, para a qual a AASPTJ-SP e seus associados muito contribuíram, certamente refletirá positivamente no processo de implantação das 30 horas em outros órgãos públicos, beneficiando milhares de profissionais em todo o Estado.

## A luta pela isonomia

A luta da AASPTJ-SP agora juntamente com seus associados, é a de buscar a isonomia para os psicólogos do TJ-SP. Em reunião realizada com os associados no dia 11 de setembro, o vice-presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Arlindo da Silva Lourenço, fez uma exposição sobre como está a luta das 30 horas para os psicólogos. Ele explicou que há três diferentes Projetos de Lei para a jornada da Psicologia.

O PL 1858/91 estabelecia jornada de 30 horas e também piso salarial para os psicólogos, duas matérias polêmicas, o que provocou uma série de emendas que o descaracterizaram, provocaram demora na tramitação e, finalmente, seu arquivamento, em 2005.

O PL 3338/08 foi encaminhado para apreciação do Senado com a denominação de PLC 150/09. A senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO) que havia dado parecer favorável à negociação coletiva para estabelecer a jornada, posteriormente pediu que seu parecer fosse reencaminhado para que o apreciasse novamente (informações do site do SINPSI).

No site do SINPSI – [www.sinpsi.org.br](http://www.sinpsi.org.br) – há dois manifestos pelas 30 HORAS JÁ, um dirigido aos senadores e outro aos deputados federais. Acesse e envie para pressionar a Câmara e o Senado para conquistar e garantir não só o nosso direito de melhores condições de trabalho, mas o direito da população de contar com um serviço cada vez mais qualificado.

Diante do quadro exposto por Arlindo, fica ainda mais clara, a grande necessidade da participação de todos os psicólogos, pois associações e representações de classe, só existem quando os representados as reconhecem e participam como tal, pois, caso contrário, corremos enorme risco de adotarmos velhas posturas queixosas e lamuriasas, aguardando que alguém faça aquilo que desejamos, esperamos ou tanto ansiamos que aconteça. Nos sindicatos,

conselhos regionais e na AASPTJ-SP, a participação do representado é imprescindível, algo que nós já sabemos e muito valorizamos. Torcemos para que o próprio representado reconheça o valor de sua atuação e participação para as conquistas tão almejadas.

A AASPTJ-SP elaborou, com apoio da assessoria jurídica, documento justificando a necessidade da isonomia de carga horária entre assistentes sociais e psicólogos, protocolado junto à Presidência do TJ e entregue ao desembargador Antonio Carlos Malheiros, em reunião realizada no dia 5 de novembro, na qual um dos temas abordados foi a questão da isonomia entre as duas categorias.

A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, relatou que as competências entre as duas categorias dentro do Tribunal de Justiça são as mesmas. As próprias normas da Corregedoria-Geral da Justiça são iguais tanto para o Serviço Social quanto para a Psicologia. A assessora jurídica da Associação, Sonia Guerra, também apontou que os editais de concurso para as duas profissões são idênticos.

Malheiros disse que é favorável à redução da jornada de trabalho também para a Psicologia e que acredita ser possível que o tribunal estabeleça a isonomia administrativamente. Afirmou que irá solicitar à Presidência que lhe encaminhe o ofício elaborado pela Associação para um parecer seu.

## Manifesto pela redução da jornada semanal da Psicologia para 30 horas

O Conselho Federal de Psicologia em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) elaborou manifesto pela redução da jornada de trabalho dos profissionais da Psicologia para 30 horas semanais. A medida objetiva preservar a qualidade do exercício profissional.

O documento será encaminhado aos deputados e senadores pela aprovação de projetos de lei que garantam condições adequadas de trabalho aos psicólogos.

### Manifesto

Brasília DF, 04 de outubro de 2010

Excelentíssimo Senhor(a) Senador(a) e Senhor(a) Deputado(a),

Dia 3 de agosto foi aprovado no Senado Federal o PLC 152/2008 que dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais Assistentes Sociais definindo-a como de 30 horas semanais e sancionado pelo Presidente Lula em 26 de agosto deste.

É fato que não se trata de reivindicação isolada, pois diversas outras categorias profissionais, como Psicólogos, Farmacêuticos e Enfermeiros, possuem projetos de lei tramitando no Congresso Nacional em variados estágios. O comum entre eles é a reivindicação de jornada de 30 horas semanais. Interessante observar que, antes do PL 152/08, desde a promulgação da constituição de 1988, somente havia sido aprovada a regulamentação da jornada de 30 horas semanais dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, em março de 1994.

O debate não é novo e podemos afirmar que há grande consenso na sociedade civil sobre o tema. Um bom exemplo são as Conferências de Saúde. Essas Conferências têm decidido favoravelmente pela jornada para 30 horas semanais, como pode ser confirmado pelos relatórios finais disponíveis no site

do Ministério da Saúde. É oportuno ressaltar que para se chegar a uma decisão numa Conferência Nacional de Saúde, uma tese deve que ser aprovada nas etapas municipais e estaduais. É uma ampla discussão que envolve o conjunto de delegados que é formado por 50 por cento de usuários, 25 de trabalhadores e 25 de gestores (públicos e privados). Não são, portanto, decisões de corte corporativo.

Na nossa visão, a redução da jornada faz parte de um conjunto de medidas que visam preservar a qualidade do exercício profissional. A jornada extensa prejudica o profissional e em consequência o destinatário de seus serviços. Assim, proteger o profissional é proteger a população que ele atende. No nosso caso, a jornada se reveste de características especiais, até pela necessidade de supervisão, formação continuada, participação em congressos científicos e especializações.

É importante registrar que em diversos municípios e estados, por meio de processos de negociação coletiva, se estabeleceu a jornada de 30 horas para os psicólogos. Em nenhum desses casos há relato ou avaliação de que a redução trouxe prejuízos, pelo contrário, a jornada reduzida é frequentemente apontada como componente de melhoria das condições de trabalho, com reflexos positivos diretos na qualidade dos serviços.

Nossa principal instância democrática de decisão, que é o CNP (Congresso Nacional da Psicologia), aprovou teses em defesa da jornada de 30 horas e definiu que caberia às entidades sindicais e particularmente à nossa federação sindical nacional, a FENAPSI, encaminhar essa luta, sempre com o apoio do CFP, razão pela qual estamos encaminhando esse manifesto conjunto.

Informações do CFP

## Entidades falam sobre situação do TJ-SP com corregedora do CNJ



Eliana Calmon recebe entidades

Aproveitando a vinda da ministra corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, a São Paulo para participar do evento "I Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde", as entidades representativas dos servidores do Judiciário marcaram uma audiência para falar sobre a situação do Tribunal paulista. A AASPTJ-SP foi representada por sua presidente, Elisabete Borgianni.

Os representantes dos servidores entregaram a Eliana diversos documentos com as demandas da categoria. A ministra se disse ciente de algumas situações ocorridas no Poder Judiciário Paulista, ouviu atentamente as informações passadas pelos servidores e se comprometeu a analisar o conteúdo entregue pelas entidades.

Foram entregues à ministra duas peças: uma relatando sobre o corte proposto pelo Executivo, de aproximadamente 54%, ao orçamento do Judiciário para o exercício de 2011 e outra que versa acerca do mutirão e seu conceito, o qual vem sendo alvo de discordância entre o Tribunal de Justiça e a categoria e é um dos itens do acordo no dissídio coletivo que colocou fim ao movimento grevista deste ano.

A AASPTJ-SP também entregou documento solicitando audiência com a ministra, em Brasília, para discussão da recomendação do CNJ aos Tribunais sobre a prática do Depoimento Sem Dano. A ministra comprometeu-se a agendar a audiência.



## Artigo

# Ofensiva sobre o Trabalho e Organização Política: a importância da participação

Desde os anos 80 e 90 todos os esforços do capital têm sido no sentido de retomar as condições máximas de exploração da força de trabalho, construindo uma forte reação burguesa à sua própria crise. Com o ápice da onda longa de estagnação agora no início do século XXI, na crise que se desencadeou desde 2007 e se aprofundou em 2009, essa tendência se acirrou, vide os pacotes grego e espanhol e seu forte ataque aos trabalhadores e aos direitos. O ambiente desértico, como nos diz Ricardo Antunes, trazido pela crise do chamado socialismo real, pela reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a mundialização do capital teve impactos contundentes sobre o mundo do trabalho, objetivos e subjetivos, ampliando processos de dessindicalização e desorganização política. Hoje no Brasil, segundo o Dieese, apenas 17% dos trabalhadores brasileiros são sindicalizados. Mais de 50% dos trabalhadores encontram-se em relações de trabalho precarizadas, informais, jogados na luta cotidiana pela sobrevivência num mundo onde não há trabalho para todos.

O ingrediente a mais no Brasil é que em função das resistências da redemocratização nos anos 80, vivemos a experiência contundente do neoliberalismo – um neoliberalismo tardio – apenas nos anos 90. Foi a partir de 1995, especialmente após a derrota da antológica greve dos petroleiros, que o neoliberalismo avançou, quebrando a espinha dorsal do movimento dos trabalhadores e fragmentando, despolitizando, rebaixando programaticamente e fragilizando os instrumentos criados na redemocratização, que a partir de algumas derrotas, iniciam um nítido deslocamento para uma programática estranha aos princípios e práticas de sua fundação. A categoria que nos ajuda a pensar esse deslocamento é a de transformismo, uma importante contribuição de Gramsci ao debate político. Trata-se de um movimento de deslocamento molecular (de indivíduos, intelectuais) ou de grandes grupos (partidos, movimentos) para uma programática que não é a da classe, num sentido estratégico e tático. Assim é que assistimos ao rebaixamento da agenda, à priorização da disputa eleitoral, à defesa da estabilidade econômica que transfere a riqueza socialmente produzida para o capital financeiro, à cooptação de segmentos do movimento sindical e dos movimentos sociais para a sustentação da governabilidade. Hoje, o núcleo combativo da luta de classes no País se encontra fragmentado em várias iniciativas, cujo desafio maior é o da recomposição de um projeto socialista de esquerda no Brasil. Portanto, há vida crítica e lutas após o transformismo, mas houve perdas indiscutíveis, tanto materiais, quanto de consciência política.

Essas determinações se expressam no cotidiano das organizações, sobretudo daquelas mais imbuídas da perspectiva da resistência e da luta. Pode acompanhar duas lutas recentes e que se encontraram oportunamente em Brasília no dia 3 de agosto num ato político antológico na cena recente: a luta dos trabalhadores do Judiciário de São Paulo e a luta da

categoria dos assistentes sociais pelas 30 horas de jornada de trabalho. Naquela ocasião, pude ouvir dos militantes do Judiciário de São Paulo sobre as dificuldades de organizar as (os) assistentes sociais e também os psicólogos durante a greve que já durava três meses, apesar da existência de uma adesão militante de várias(os) profissionais, pelo que o ato de mais de três mil assistentes sociais em Brasília – e a posterior vitória das 30 horas – poderia parecer uma situação episódica. Façamos algumas reflexões em torno deste problema.

Uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) há dez anos, revelava que 10% da categoria estava sindicalizada à época. É necessário atualizar este dado e tenho notícias de que o CFESS está preparando um censo nacional da categoria. No entanto, é evidente o baixo índice de sindicalização – em qualquer estrutura sindical, corporativa ou por ramo – dos assistentes sociais. É um índice próximo do índice geral dos trabalhadores. Isso mostra que não somos uma ilha de resistência combativa em meio à maré conservadora em curso, e o índice de sindicalização da categoria está abaixo daquele índice anteriormente citado de 17%. Há muitas tentativas de explicação para isso, sendo talvez a principal a existência de uma auto-imagem que não é a de trabalhador, mas de profissional liberal de nível universitário, o que reflete uma ambiguidade constitutiva do Serviço Social já há muito tratada na literatura profissional, especialmente nos trabalhos de Marilda Iamamoto. O fato é que chama a atenção que uma categoria que formula um projeto ético-político de fôlego e radical, não tenha um nível de sindicalização maior – e de participação também maior num movimento como foi o do Judiciário de São Paulo – ou ao menos igual que os demais trabalhadores brasileiros, sobretudo porque são tão atingidos quanto os demais, seja no setor público, seja no privado, pelos processos deletérios que abalam as condições de trabalho contemporâneas. Mas ao mesmo tempo essa mesma categoria foi à luta e arrancou do parlamento e do executivo brasileiros o que não era conquistado há 16 anos: a regulamentação de

jornada, sem redução de salários. Estamos, portanto, diante de um paradoxo, que só pode ser enfrentado com ações que politizem e chamem à participação.

O conjunto CFESS-CRESS tem tomado algumas iniciativas, dentro de suas atribuições, de defesa de questões relacionadas às condições de trabalho, a exemplo dos projetos de lei no Congresso sobre carga horária e piso salarial, e da resolução acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais, que potencializa a fiscalização de determinados itens que antes não eram observados. É evidente que o CFESS e os CRESS podem e devem ter essas iniciativas. Mas é necessário discutir o problema da organização sindical. Se não reconhecemos no movimento corporativista atual protagonizado pela FENAS uma direção consistente e que partilhe dos princípios e programa que defendemos, por outro lado, é de fundamental importância que existam maiores níveis de sindicalização em sindicatos mais gerais, de preferência, pois o corporativismo fragmenta e enfraquece a classe. Então, o que fazer? Uma ampla campanha de sindicalização e de chamada à luta dos assistentes sociais articulada à vida crítica que ainda existe no sindicalismo brasileiro, apesar das perdas, pode ser um caminho interessante. Outro aspecto é que a crítica à trajetória do movimento sindical no Brasil tem levado a experiências inovadoras, e alguns sindicatos e novas centrais sindicais vêm repensando as formas de organizar a classe, ampliando seu arco de ação para além dos que estão em empregos formais, articulando com os movimentos sociais, trabalhando numa dimensão territorial. Temos que acompanhar de perto essas experiências, que podem levar à configuração de um novo bloco histórico. Falamos aqui da Consulta Popular, da Assembleia Popular, da Conlutas, da Intersindical, da experiência dos ferroviários e previdenciários do Rio de Janeiro, da experiência do MST que pensa o Brasil para além do campo. No caso de São Paulo, especialmente dos trabalhadores do Judiciário, a contaminação do difícil ambiente institucional e do impactante e extenuante processo de trabalho coletivo, que envolve os assistentes sociais, psicólogos e demais trabalhadores pode estar na base das dificuldades de participação. Nossa opinião é a de que a única forma de enfrentar tais condições é a organização coletiva, fortalecendo a luta, contando com a oportunidade histórica de contar com uma associação combativa que chama para o embate em torno das condições e relações de trabalho.

Elaine Rossetti Behring, UERJ – Presidente da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

## Em Pauta

## AASPTJ-SP contesta registro do ponto biométrico para assistentes sociais e psicólogos

Diante do Comunicado SGRH Nº. 76/2010, publicado em Diário Oficial no dia 29 de setembro, que instituiu o registro do ponto biométrico na entrada e na saída para os assistentes sociais e psicólogos, contrariando entendimento anterior de apenas um registro diário

em função das particularidades do trabalho das duas categorias, a AASPTJ-SP convocou uma reunião aberta com seus associados, que ocorreu no dia 15 de outubro.

Cerca de 30 pessoas compareceram e trouxeram questionamentos e sugestões de ações e estratégias



AASPTJ-SP e associados em reunião com desembargador Malheiros

para reverter a situação do registro do ponto duas vezes por dia.

Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP, fez uma breve análise sobre a atual conjuntura trabalhista no Tribunal de Justiça paulista, na qual se nota uma tendência de maior burocratização, precarização do trabalho, forte ameaça de terceirização e péssimas condições de trabalho que impossibilitam uma prestação jurisdicional com a qualidade necessária. Neste quadro, a exigência do registro do ponto na entrada e na saída para assistentes sociais e psicólogos é só mais uma faceta da burocratização e uma das lutas a ser travada pelos profissionais.

Os associados presentes deliberaram que a AASPTJ-SP elaborasse um documento a ser encaminhado à Presidência do TJ, detalhando estas e outras situações

específicas do Serviço Social e da Psicologia, além de solicitar audiência com o juiz auxiliar Marcelo Perino, com o coordenador da infância e juventude, desembargador Antonio Carlos Malheiros e com o desembargador Samuel Alves de Melo Junior, presidente do Comitê de Recursos Humanos e o Núcleo de Apoio Profissional, se possível com a participação de associados da AASPTJ-SP para discussão de uma adequação da norma para as duas categorias.

No dia 5 de novembro a diretoria da AASPTJ-SP acompanhada de algumas associadas reuniu-se com o desembargador Malheiros para tratar deste e outros temas. Pela Associação participaram a presidente, Elisabete Borgianni, a primeira secretária, Eunice Fávero, o segundo secretário, Paulo Bezerra, a primeira tesoureira, Esther Katayama, a conselheira fiscal

Catarina Volic e a assessora jurídica Sonia Guerra. Compareceram as associadas: Ana Christina Mello (psicóloga de Pinheiros); Claudia Anaf (psicóloga das Varas Especiais); Eliana Macedo Cliquet (assistente social das Varas Especiais); Maria Costantini (psicóloga da Vara Central); Mônica de Camargo (psicóloga de Pinheiros) e Pilar Isabel Travieso (psicóloga da Vara Central).

“Em 2007, quando o ponto foi implantado, a AASPTJ-SP fez gestões junto ao Tribunal para flexibilização das regras tendo em vista as especificidades das duas categorias, o que foi acatado na época, estabelecendo-se o registro uma vez ao dia. Agora somos surpreendidos pela alteração dessa rotina”, expôs Elisabete. As diretoras e associadas explicaram que a rotina do assistente social e do psicólogo é bem diversa da rotina de servidores de cartório, incluindo situações excepcionais como viagens pela circunscrição para atender diversas comarcas, elaboração de relatórios e laudos em casa por conta da falta de condições de trabalho nos fóruns, reuniões com a rede de atendimento, entre outras situações que inviabilizam o registro do ponto duas vezes ao dia. Fora isso, também apontaram que essas situações podem facilitar casos de assédio moral por parte de diretores responsáveis pelo ponto, que muitas vezes desconhecem as práticas do Serviço Social e da Psicologia.

A AASPTJ-SP entregou a Malheiros documento (disponível no site da AASPTJ-SP) protocolado à Presidência que explica detalhadamente estas situações e solicita nova readequação do registro para as duas categorias. O desembargador manifestou seu apoio ao pleito e comprometeu-se a conversar com o juiz auxiliar da Presidência responsável pela área de Recursos Humanos, Marcelo Perino, para que encaminhe o documento à Comissão Salarial para que o desembargador possa fazer um parecer a respeito da questão.

## III Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão

Os diretores Esther Katayama, Mônica Carteiro e Paulo Eduardo Bezerra representaram a AASPTJ-SP no III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, que teve como tema “Construir referenciais éticos, democráticos e participativos”.

Calor intenso, garoa, chuva, feriado prolongado não impediram que os 7 mil inscritos participassem intensamente das 4.729 atividades organizadas pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, composto por 21 associações e entidades científicas, profissionais, sindicais e estudantis. O objetivo deste Fórum é reunir esforços que possibilitem definir políticas e projetos para a melhoria da formação profissional, fortalecer a pesquisa e a relação desta com a prática dos psicólogos, aprimorar o instrumental técnico e democratizar as entidades representativas do setor.

O Congresso, que vem se consolidando como o maior da Psicologia brasileira, congrega psicólogos, estudantes, professores e pesquisadores e possibilita uma aproximação entre saberes em formação e saberes acumulados. Sua principal marca: aprofundar o compromisso com a construção de uma sociedade justa e igualitária e a promoção de direitos humanos e sociais.

Ademais, a apresentação de trabalhos de diferentes abordagens teóricas e áreas de investigação e prática permitiu conhecer e refletir sobre a diversidade da Psicologia e favoreceu a articulação dos variados âmbitos da ciência e profissão não só no Brasil como na América Latina.



Esther, Mônica Carteiro e Paulo representaram AASPTJ-SP no Congresso

A AASPTJ-SP pôde conhecer trabalhos de interesse das nossas categorias que serão divulgados com vistas a contribuir para o aprimoramento dos associados.

Os diretores se desdobraram para participar de atividades relacionadas a questões do cotidiano de trabalho do assistente social e do psicólogo judiciário (algumas apresentadas por colegas do TJ-SP), como a avaliação psicológica, abuso sexual, violência doméstica, perícias e laudos, nova lei da adoção, adolescentes em conflito com a lei, avaliação dos transtornos de personalidade, escuta de crianças entre outros. Também discutiram temas relacionados à saúde do trabalhador, como violência no trabalho, assédio moral, suicídio, e tiveram acesso à pesquisa sobre saúde e trabalho no âmbito do Judiciário.

Além disso, efetuaram e fortaleceram contatos com entidades parceiras para defesa de melhores condições de trabalho dos profissionais, como o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo – SINPSI – e a FENAPSI – Federação Nacional dos Psicólogos.

A efervescência que permeou os cinco dias do Congresso indicou que a profissão está em expansão, é uma das carreiras mais desejadas e oferece uma ampla gama de possibilidades de atuação. No entanto, não se pode esquecer que há muito a ser conquistado, especialmente no plano do reconhecimento da importância do psicólogo. Assim, a AASPTJ-SP continuará a lutar pela garantia de condições de trabalho dignas, com redução da jornada de trabalho sem redução de salário, e promoção de saúde, além de remuneração que contemple não apenas as necessidades pessoais, mas o aperfeiçoamento

Mônica Carteiro, segunda tesoureira



## Em Pauta

# CFP se posiciona em relação ao dispositivo denominado “Depoimento Sem Dano”

A Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência na Rede de Proteção vem sendo debatida pelo Conselho Federal de Psicologia, com a categoria e com especialistas de diversas áreas, como Direito, Antropologia, Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça.

Há muito o CFP e a sua Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) demonstraram preocupações em relação ao dispositivo denominado “Depoimento Sem Dano”, tanto nos aspectos relativos ao exercício da profissão de psicólogo quanto no contexto dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº. 4.126 de 2004 (PLC nº. 35 de 2007), que trata da matéria, está paralisado no Senado Federal, pois a Psicologia mostrou que existem contradições no PL. Entendemos que o PL não trata da regulamentação de matéria existente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), mas sim acrescenta matéria nova, qual seja, a inquirição judicial de criança e adolescente, vítima ou testemunha, para a produção antecipada de prova.

O procedimento de inquirição denominado Depoimento Sem Dano não é previsto para o único caso em que o Estatuto menciona uma situação que

o permitiria. Trata-se do Capítulo III, relativo às Garantias Processuais.

Assim, antes de decidir sobre a técnica ou o modo da inquirição, deve-se primeiro decidir se o direito da criança de se expressar e de ser ouvida, tal como está no Estatuto, significa o mesmo que ser inquirida judicialmente como vítima ou testemunha para produção de prova antecipada, podendo tal prova se voltar, inclusive, contra seus pais e familiares.

De acordo com o PL, a inquirição judicial de criança e adolescentes, na forma prevista, tem o objetivo de evitar que uma perda da memória dos fatos prejudique a apuração da verdade real. No entanto, cabe também perguntar o que vem a ser a “verdade real”, principalmente quando contrastada com a subjetividade da criança e do adolescente.

Em nome desta “verdade real”, o PL propõe que a inquirição da criança e/ou adolescente seja feita em recinto especialmente projetado para tal finalidade, contendo equipamentos próprios à idade do depoente. No entanto, gostaríamos de perguntar se a utilização de tais equipamentos, como brinquedos, fantoches, bonecos, e eventualmente papel e lápis para desenho, não se constituiriam, antes, em técnicas de extração da verdade, sem que a criança se dê conta de que está sendo inquirida?

Os debates sobre a temática, realizados por este Conselho, possibilitaram reflexões sobre os aspectos éticos, a necessidade de fortalecimento da rede de proteção, a autonomia profissional, a interdisciplinaridade, a diversidade cultural e o papel do psicólogo.

O consenso sobre a atuação do psicólogo é que a escuta de crianças e adolescentes deve ser, em qualquer contexto, pautada pela doutrina da proteção integral, pela legislação específica da profissão,

em marcos teóricos, técnicos e metodológicos da Psicologia como ciência e profissão.

Com base nesses fundamentos, não é papel do psicólogo tomar depoimentos ou fazer inquirição judicial, ou seja, colocar seu saber a serviço de uma inquirição com o objetivo único de produzir provas para a conclusão do processo.

A Resolução CFP nº. 010/2010 instituiu a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção, e determina que é vedado ao psicólogo o papel de inquiridor no atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência.

Causa-nos apreensão que o colóquio realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Childhood Brasil denominado “O Depoimento especial de crianças e adolescentes e o Sistema de Justiça Brasileiro” tente esvaziar o papel da Psicologia nesse contexto ao discutir, refletir e disseminar os novos marcos jurídico-legais e socioantropológicos da tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, sem considerar as discussões que vem sendo realizadas pela Psicologia, com diversas categorias, e os entendimentos de que existem contradições na metodologia, do ponto de vista psicológico e legal.

Por isso, mantemos e reafirmamos nossas ressalvas ao procedimento denominado “Depoimento Sem Dano” e colocamos à disposição o acúmulo de debates e entendimentos do ponto de vista da Psicologia para que possamos garantir a proteção integral às crianças e aos adolescentes, sobretudo por sua condição peculiar de ser humano em pleno desenvolvimento, tal como proclama o Estatuto.

Informações do CFP

## AASPTJ-SP

# AASPTJ-SP recebe assistentes sociais e psicólogos da Defensoria Pública



No dia 6 de outubro a AASPTJ-SP recebeu em sua sede um grupo de assistentes sociais e psicólogos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Participaram da reunião os assistentes sociais Melina Miranda, Renata da Silva, Luiza de Barros, Wagner dos Santos, Lorena Silva, Lidiane Dias e a psicóloga Janaina Corazza. Representaram a Associação a presidente, Elisabete Borgianni, a primeira secretá-

ria, Eunice Fávero e a primeira tesoureira, Esther Katayama.

A reunião teve como objetivo iniciar um diálogo entre os Setores Técnicos das duas instituições. Os assistentes sociais e psicólogos da Defensoria foram contratados recentemente pelo primeiro concurso realizado no órgão. Durante a conversa, abordou-se temas como a implantação da jornada de 30 horas semanais para o Serviço Social, quais os principais desafios de uma associação de classes e como conciliar os interesses e especificidades das duas categorias.

Os representantes da Defensoria relataram que ainda há resistência da Defensoria em implementar a Lei das 30 horas para os assistentes sociais. Em seguida, falaram

sobre como é a experiência do trabalho na Defensoria e colocaram suas dúvidas a respeito de como funciona uma associação de classes.

As diretoras da AASPTJ-SP contaram um pouco sobre a história da Associação e os desafios de rotina e políticos da entidade. Também expuseram sobre o papel desenvolvido pela AASPTJ-SP durante a greve dos servidores do Judiciário, que durou 127 dias.

Também foram discutidos aspectos relacionados à importância de articulação futura desta Associação com os profissionais da Defensoria visando interesses comuns, tanto técnicos como políticos, considerando que todos atuam no Sistema de Justiça.

### EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Maria Helena Corrêa, – 1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero, 2ª Secretária – Paulo Eduardo Bezerra, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Quésia Gama Cruz Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

Conselho Editorial: Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Quésia Gama Cruz, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação  
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)  
Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar – Conj 21. – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP  
Telefone: (11) 3256-5011; E-mail: aasptjsp@asptjsp.org.br;  
Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.